

---

MARILENA CHAUÍ

Faculdade de Filosofia, de Letras e de Ciências Humanas  
da Universidade de São Paulo

---

## 500 Anos. Cultura e Política no Brasil (\*)

---

49

*O profetismo messiânico deixou na sociedade brasileira duas marcas político-culturais contraditórias, e uma delas tem o estranho poder de legitimar o encolhimento do espaço público e a privatização neoliberal. Do lado popular, o profetismo messiânico tem sido a única forma de vislumbrar a utopia da sociedade justa e feliz, quando o povo de Deus vencer a fome, a peste, a guerra e a opressão. O essencial, porém, é a face contrária ao messianismo popular, isto é, o populismo messiânico da*

*classe dominante. Aqui, longe de os sinais dos tempos ou das abominações suscitarem a ação rebelde dos que construirão o Novo Século, o que se produz é a resignação, o conformismo e a servidão voluntária. Assim, o neoliberalismo exige o encolhimento do espaço público, enquanto a teologia política teocrática propõe o alargamento do espaço privado. Após 500 anos, a sociedade brasileira se realiza sob a forma desse encontro fantástico entre o pós-moderno e o arcaico.*

**E**m 1990, em Coimbra, o Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais propôs como tema a Crise dos paradigmas que constituíram a racionalidade ocidental moderna. Entre os paradigmas em crise, apontava-se a distinção entre o público e o privado e, na perspectiva europeia, particularmente a dos juristas e cientistas políticos, falava-se na publicização do privado e na perda de fronteiras entre as duas esferas. Naquela ocasião, propus algumas observações que iam no sentido contrário, isto é, partindo da experiência brasileira, falei sobre a privatização do público e do encolhimento do espaço público, sob os efeitos do neoliberalismo em sua versão tropical.

Infelizmente, nos dias que correm em nosso país, a situação assinalada em 90 agravou-se e, se a crise teórica sobre a distinção entre o público e o privado prossegue, a crise política decorrente da indistinção dos termos alcança patamares espantosos entre nós.

---

(\*) Palestra de abertura do II Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (São Paulo, Agosto de 1992).

Ao propor como tema de minha palestra “500 Anos — Cultura e Política no Brasil”, pretendi retomar a questão posta em 1990, mas sob o prisma do imaginário sócio-cultural brasileiro. Como é tecida e tramada a imaginação social? como é urdida a teia ideológica? como se manifesta na cultura política brasileira? A referência aos 500 Anos da América não é episódica, como tentarei assinalar a seguir.

Tornou-se um lugar comum, desde o clássico de Sérgio Buarque de Holanda “A Visão do Paraíso”, de Marcel Bataillon sobre “Erasmus na Espanha” e do ensaio de Antônio José Saraiva sobre “Uma Visão do Brasil do Padre Antônio Vieira”, o papel preponderante do imaginário profético-messiânico na construção de dois objectos sócio-culturais: a América e o Brasil. Do mesmo modo, tornou-se um lugar comum, desde o clássico de Caio Prado Jr., *História da Formação Econômica do Brasil*, a maneira como o Brasil foi inserido no modo de produção capitalista, através do sistema colonial, afastando a interpretação tradicional de um feudalismo brasileiro. Enfim, tornou-se um lugar-comum, desde o clássico de Roberto Schwartz, *As Idéias Fora de Lugar*, a maneira como se implantam no Brasil as ideologias burguesas, sem que as condições materiais objetivas lhes ofereçam o solo concreto onde se enraizar e ter sentido.

Essa tríplice referência a clássicos das teorias sobre a formação sócio-cultural do Brasil nos auxilia para uma aproximação de certos traços de nossa cultura política e das relações sociais marcadas pelo travo do autoritarismo, da violência, da ação econômica predatória e da produção oficial da memória nacional como via régia da unidade, da indivisão e da continuidade temporal.

*Sociedade autoritária:* aqui, as relações sociais e políticas jamais operam no campo da cidadania, da república e da democracia. As idéias liberais de igualdade jurídica e liberdade se convertem imediatamente em privilégios de classe. As idéias socialistas de justiça social e felicidade se convertem imediatamente em exposição de carências. Privilégios, de um lado, carências, de outro, tornam impossível o surgimento de um campo sócio-político que generalize o particular rumando para a universalidade dos direitos. Porque não há direitos, as relações sociais são hierárquicas, sempre entre superiores e inferiores, e as relações políticas são de favor e clientela. A esfera pública dos direitos e da representação não consegue constituir-se nem deitar raízes na prática social e política.

*Sociedade violenta:* aqui, sob os efeitos da colonização, fundada no escravismo dos povos africanos e no extermínio dos povos indígenas, sob os efeitos da industrialização, fundada no medo da auto-organização da classe operária, sob os efeitos da pós-industrialização dos grandes centros urbanos, fundada na desqualificação e desagregação da mão-de-obra trabalhadora, ergueram-se os preconceitos étnicos, religiosos, sexuais e de classe. A violência, sempre vista pelas elites como ato desagregador do baixo contra o alto da sociedade, é, na verdade, a prática institucionalizada e informal das elites e do Estado. A alteridade e a diferença não conseguem traduzir-se em pluralidade objectiva e subjectiva; o outro, como humano e igual, não existe senão no círculo da vida privada e jamais no espaço público.

*Economia predatória:* seja na forma colonial, seja na forma industrial, seja, enfim, na forma neoliberal, a economia capitalista se realiza sem que se constitua propriamente a esfera do mercado, pois a classe dominante brasileira cresce às custas e à sombra do Estado, de sorte que, por meio de privilégios econômicos — subsídios, incentivos fiscais, isenções tributárias, empréstimos e propinas — corrói os fundos públicos que jamais se destinam à redistribuição da renda e aos serviços públicos de natureza social. A mão-de-obra, escrava africana primeiro, imigrante “livre” depois e, finalmente, migrante, é submetida a condições de vida e de trabalho que tornam a pena de morte uma instituição social, ainda que legalmente proibida. A economia, que concentra assustadoramente a riqueza, é solidária com as altas taxas de mortalidade feminina e infantil, com o extermínio físico e psíquico de crianças e adolescentes, com o alto índice de analfabetismo, com 1/3 da população vivendo nos limites da miséria absoluta, com o fenômeno dos bóia-frias, sem terra e sem teto. Sob o impacto da “acumulação flexível do capital”, isto é, do neoliberalismo, a dispersão da produção industrial, o crescimento do setor de serviços, a velocidade do consumo e a velocidade da rotatividade e desqualificação da mão-de-obra vão lançando para fora do mercado formal de trabalho milhões de desempregados, retirando das classes populares suas formas de organização e seus referenciais de auto-identificação.

Sociedade autoritária, sociedade violenta, economia predatória de recursos humanos e naturais, convivendo com naturalidade com a injustiça, a desigualdade, a ausência de liberdade e os espantosos índices das várias formas insti-

tucionalizadas — formais e informais — de extermínio físico e psíquico e de exclusão social, política e cultural, a sociedade brasileira surge como inexplicavelmente “passiva”. É bem verdade que essa passividade é construída. E é desta construção que eu gostaria de lhes falar, focalizando-a, do ponto de vista cultural, sob dois aspectos: o da produção social da amnésia e o da produção social da servidão voluntária, na qual nossas origens, “os 500 anos”, têm responsabilidade.

52

*Produção social da amnésia:* através do sistema escolar, primeiro, e dos meios de comunicação de massa, depois, ergue-se, no Brasil, a mitologia verde-amarela que permite construir a história oficial do país como história contínua da nação una e indivisa. A mitologia verde-amarela constrói o imaginário sócio-político do Brasil, “florão da América” e seu símbolo maior, a bandeira nacional: verde de nossas florestas, porque “nossos bosques têm mais flores”; amarelo de nossas terras, porque somos o Eldorado; azul do nosso céu porque “nosso céu tem mais estrelas”; branco da “ordem e progresso” porque somos um povo pacífico e ordeiro por natureza. A imagem do país abençoado por suas riquezas naturais e pela índole pacífica do povo permite elaborar a memória oficial de onde estão excluídos todos os que escapam ao padrão do pacifismo ordeiro. Desta maneira, os movimentos políticos e sociais de luta, de guerra civil, de rebelião e revolta deixam de fazer parte da memória nacional. Quando surgem no “panteão da pátria”, surgem após a “pacificação”, obra magna do Estado. As lutas sociais e políticas, a luta de classes, as lutas populares, transfiguram-se em episódios do caminho contínuo do país, rumo ao progresso. Espoliados de sua memória e do direito a ela, os sujeitos sociais e políticos tornam-se portadores da memória una e indivisa da nação. Os que não podem figurar na transfiguração pacificadora do “panteão” permanecem como exemplo de violência, desordem e perigo a ser extirpado e esquecido. Os meios de comunicação, particularmente o rádio e a televisão, se encarregam de duas tarefas culturais: a primeira é a de produzir, ainda no calor da hora, a versão oficial dos acontecimentos; a segunda é a de produzir e consolidar a humilhação pública e a estigmatização dos “marginais”. Não somos gente que esquece; somos forçados até mesmo a esquecer os acontecimentos de que fomos ou somos protagonistas e sujeitos ativos. Não por acaso, neste bicentenário da morte de Tiradentes, a Secre-

taria Municipal de Cultura de São Paulo escolheu não o "Protomártir da Independência", a figura crística ao pé da fôrça, mas as mil mortes que foram impostas ao alferes, seu corpo esquartejado. A "Pátria Amada Esquartejada", o corpo esquartejado, salgado e dispersado é um ritual do Estado — no caso, o Estado Português — para destruir todo vestígio e toda lembrança de um ato contra o poder. Não por acaso, quando o Estado brasileiro inventa Tiradentes, escolhe seu corpo íntegro para o qual oferece uma memória, a memória oficial do herói que encarna nação una e indivisa, sem divisão social das classes e sem luta de classes. Na produção social da amnésia, os meios de comunicação dos anos 60 e 70 deram o nome de "terrorismo" à guerrilha urbana, de sorte que, na memória dos cidadãos, o Terror não fosse guardado nem lembrado como a forma da ação estatal, mas como a ação contra o poder estabelecido. Na produção social da amnésia, a Eco 92 preparou o Rio de Janeiro para ser a "Cidade Maravilhosa", fazendo com que a ocupação das ruas pelo Exército levasse a esquecer a dura realidade da cidade do "arrastão", da contravenção institucionalizada, dos pactos secretos entre o crime organizado e os poderes constituídos. E, como emblema, em favor do garimpo, das madeireiras, mineradoras e empreiteiras contra as populações indígenas, transformou Paulo Paiakã no anti-herói, avesso intolerável do mito do bom-selvagem, mescla demôníaca de anjo e de Irmão Sol e Irmã Lua.

*Produção social da servidão voluntária:* Colombo, Vesúcio, Las Casas, Nóbrega, Anchieta, Mendieta, Vieira, cada qual à sua maneira, auxiliaram na construção de um objecto cultural, um símbolo e um ídolo: a América. Franciscanos, dominicanos, e jesuítas espanhóis e portugueses elaboraram a Visão do Paraíso, partindo das profecias de Daniel e de Isaías, do milenarismo de Joaquim de Fiori, do profetismo messiânico que deu à América e ao Brasil sua contradição originária: muralha infernal e Jardim do Eden. As descrições das terras e das gentes, da fauna e da flora, as promessas de riquezas inesgotáveis, da eterna juventude e primavera asseguraram a cristalização do lugar paradisíaco e dos obstáculos para chegar a ele. Se, na construção do Paraíso Terreal, prevaleceram as profecias de Isaías e de Joaquim de Fiori, no entanto, na construção messiânica prevaleceu o profeta Daniel. Que prometia Daniel para o tempo do fim, quando o livro dos segredos do mundo seria aberto? Prometia a instalação do Reino de Deus na terra, a Quinta

Monarquia ou o Quinto Império com o Imperador dos últimos Dias para preparar o Segundo Advento de Cristo e o Juízo Final.

Para Colombo, a profecia fora cumprida por Fernando e Isabel.

Para Vieira, a profecia seria cumprida com o retorno do Encoberto e do Encantado, El-Rei D. Sebastião.

Que marcas o profetismo messiânico deixa no imaginário político brasileiro? Que marcas deixa na cultura política brasileira? Que poderia ter restado desses escombros medievais no capitalismo neoliberal?

Creio que o profetismo messiânico deixa para a sociedade brasileira duas marcas político-culturais contraditórias, e uma delas tem o estranho poder de legitimar o encolhimento do espaço público e a privatização neoliberal.

Do lado popular, o profetismo messiânico tem sido a única forma de vislumbrar a utopia da boa sociedade justa e feliz, quando o povo santo de Deus vencer as abominações do Anti-Cristo: a fome, a peste, a guerra e a opressão. O sucesso da Teologia da Libertação na América Latina encontra sua raiz no messianismo popular como resposta à injustiça e à infelicidade. Não me refiro às seitas messiânicas que esperam o Reino de Deus como um reino celeste extra-terreno, mas aos movimentos populares proféticos que esperam construir, aqui e agora, a Nova Jerusalém.

O essencial, porém, é a face contrária ao messianismo popular, isto é, o populismo messiânico da classe dominante brasileira. Aqui, longe de os sinais dos tempos ou das abominações suscitarem a ação rebelde dos que construirão o Novo Século, o que se produz é a resignação, o conformismo e a servidão voluntária.

O fundamento do messianismo populista da classe dominante não são os grandes profetas da tradição judaico-cristã. O fundamento é dado por três passagens bíblicas: em *Provérbios* — “Por mim reinam os reis e os príncipes governam” —, na Epístola de Paulo aos Romanos, e na Epístola de Pedro cujo resumo é “Todo poder vem do Alto e os governantes são desejados pela vontade de Deus”. Em outras palavras, o fundamento é a concepção teocrática do poder, reforçado por dois outros conceitos: um, de origem agostiniana, que afirma que, pelo pecado original, nenhum homem tem direito ao poder e o detentor do poder o possui por um favor divino; outro, originado na teologia política dos juristas medievais, segundo o qual o rei é imperador em seu reino,

sua vontade tem força de lei e está fora e acima de leis, não podendo ser julgado por ninguém. A concepção teocrática da origem do poder pelo favor divino faz com que um governante, ao ser eleito, concretize a vontade de Deus que usa nosso voto como instrumento de sua vontade. A concepção jurídico-teológica da vontade do governante como acima e fora das leis faz com que, no Estado de Direito, consideremos o poder executivo superior ao poder legislativo. Na medida em que o governante é desejado por Deus através de nós, ele ocupa o posto por determinação divina, e mesmo que seja tirano ou déspota, corrupto e injusto, só deixará o cargo por vontade de Deus. Chama-se, neste caso, flagelo de Deus, castigo que merecemos por nossos pecados e por isso “todo povo tem o governo que merece”. A sacralização do poder, seu caráter salvífico ou catártico, torna o governante intocável, mesmo quando surge demonizado, pois permanece no interior do círculo teológico-político.

Numa sociedade oligárquica, hierárquica, autoritária, violenta, predatória e amnésica, a produção imaginária do Estado como espaço transcendente ao social e como espaço privado ou propriedade de seu ocupante alimenta a cultura da servidão voluntária. A demonização dos opositores, a demonização da ação política, a desqualificação e destituição do espaço público, a impossibilidade da república e da democracia, formam um verdadeiro sistema no qual cada um de nós cede ao governante seus olhos, seus ouvidos, sua boca, suas mãos, seus pés e seu espírito porque, em cada esfera da vida social, cada um aspira a ser para os demais o detentor de um poder que se irradia do governante para todo o corpo social e político.

O neoliberalismo exige o encolhimento do espaço público. A teologia política teocrática propõe o alargamento do espaço privado. Após 500 anos, nossa sociedade se realiza sob a forma desse encontro fantástico entre o pós-moderno e o arcaico. Gregório de Matos satirizou a “triste Bahia”. Gostaríamos de não precisar satirizar este “triste Brasil”, onde as idéias parecem estar sempre fora do lugar porque não as pomos onde nós estamos e não estamos onde nós as pomos. ■